

# Diário Oficial



## Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 233

Poder Legislativo

Recife, sábado, 22 de dezembro de 2007

# Legislativo presta contas do trabalho realizado

## Mais de 3.400 proposições aprovadas pelos parlamentares

O Parlamento Estadual atuou de forma intensa este ano. Um total de 154 reuniões ordinárias e nove extraordinárias, com a aprovação de 3.427 proposições, sendo 245 projetos, 1.861 indicações, 1.319 requerimentos e duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) foi o saldo das atividades legislativas no período. Outras 136 proposições continuam em tramitação, nove foram arquivadas, 23 rejeitadas e 28 retiradas de pauta. O presidente da Alepe, Guilherme Uchoa (PDT), destacou o grande número de proposições apresentadas pelos deputados, 221. "Isso demonstra a atividade parlamentar intensa nesta Casa durante o ano", observou.

Uchoa também citou projetos importantes para o desenvolvimento de Pernambuco analisados pelo Poder Legislativo, a exemplo dos que beneficiam o Pólo de Poliéster, as microempresas do Pólo de Confecções do Agreste e os consumidores de energia elétrica, além do que permite o parcelamento de débitos tributários de IPVA em atraso. As aprovações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2008, do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2008, o primeiro orçamento elaborado pela gestão do governador Eduardo Campos (PSB), também foram registradas. Simultaneamente, as 15 Comissões Permanentes emitiram 1.292 pareceres e a Casa realizou 52 reuniões solenes.



RINALDO MARQUES

MESA - Presidente Guilherme Uchoa e o 1º secretário João Fernando Coutinho enfatizaram a atuação da Casa em prol do desenvolvimento de Pernambuco

As iniciativas implementadas pela Mesa, entre elas, as que visam valorizar o servidor da Casa, foram mencionadas. Uchoa exemplificou, citando a progressão funcional e o reajuste salarial de 5%. "Além disso, a Mesa retomou a promoção de reuniões itinerantes em cidades do Interior. Realizamos debates importantes nas cidades de Caruaru (maio), pela passagem dos 150 anos do município, e em Garanhuns (agosto). A iluminação de Natal, feita por meio de uma parceria inédita com a iniciativa privada (a empresa de telefonia Oi), re-

sultou custo zero para o Legislativo."

A ênfase ao talento e à história nordestinos, como o Projeto Segunda Cultural, que traz, mensalmente, para o Plenário, artistas regionais; e a recuperação de documentos históricos, a partir do Projeto Resgate Pernambucano, também foi enfocada. Uchoa acrescentou, no balanço das atividades, a aprovação da lei que cria uma fundação na Assembleia Legislativa, para que o Parlamento possa obter a concessão de um canal próprio de TV, seguindo orientação do Ministério das Comunicações.

Outra questão foi a aprovação, na última quinta-feira (20), do projeto de construção de um novo anexo do Palácio Joaquim Nabuco, que abrigará os gabinetes parlamentares, a Primeira Secretaria e a Presidência. A proposta estrutural foi elaborada pelos arquitetos Carlos Fernando Pontual e Luciana Pontual. Com o prédio, que será erguido com recursos próprios, os parlamentares terão gabinetes padronizados, mais espaçosos e com banheiros privativos.

"Foi um ano muito positivo. Agradeço ao governador Eduardo Campos o

respeito demonstrado ao Poder Legislativo e, em nome da Mesa Diretora, agradeço aos deputados pela parceria, ajuda, participação e por saberem enaltecer os valores éticos e morais da Casa Joaquim Nabuco. Minha gratidão se estende, ainda, aos funcionários e a todos os que contribuíram para aperfeiçoarmos os trabalhos desta Casa em 2007. No próximo ano, a Assembleia continuará lutando pelo desenvolvimento do Estado e pela melhoria da qualidade de vida da população", afirmou.

O primeiro-secretário da Assembleia, deputado João

Fernando Coutinho (PSB), destacou o esforço da Mesa Diretora em aperfeiçoar o trabalho da Casa por meio de uma gestão moderna. "A 1ª Secretaria promoveu diversas festividades para integrar o servidor, como na passagem do Dia das Mães, Dia da Mulher, Semana Santa, São João e Dia do Funcionário Público. Também investimos maciçamente para melhorar o sistema de informatização da Casa, tornando o trabalho parlamentar mais ágil", comentou.

As atividades legislativas serão retomadas no dia 1º de fevereiro.

# Agradecimentos

## IZAÍAS RÉGIS

O primeiro vice-presidente da Casa, deputado Izaías Régis (PTB), desejou Feliz Natal e um ano novo de muito trabalho e irmandade para todos os parlamentares e funcionários da Casa. “Este ano, adquiri grandes amigos e quero fortalecer essas amizades”, salientou o parlamentar. Izaías também agradeceu ao presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), a confiança e a oportunidade que lhe foram dadas ao exercer a função na Mesa Diretora, substituindo, inclusive, em algumas ocasiões, o presidente da Casa Joaquim Nabuco. Foi eleito para o segundo mandato com 33.195 votos. Régis defende o desenvolvimento estadual por meio da educação e da cultura. Como deputado tem como principais áreas de atuação: saúde, educação, cultura, defesa da cidadania e do consumidor.



## SEBASTIÃO RUFINO

O deputado Sebastião Rufino (DEM) expressou, ontem, durante a última reunião plenária deste ano, sua satisfação em voltar à Casa. Ele ficou como primeiro suplente do Democratas e ocupou a vaga deixada por Romário Dias, que assumiu o cargo de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), em junho deste ano. “Voltei feliz e satisfeito, pois reencontrei velhos companheiros. Vivemos um novo tempo e uma nova forma de administrar. Também gostaria de agradecer à minha família, porque é no aconchego do lar onde recebemos o amor e o estímulo para seguir em frente. Agradeço o apoio concedido pela Mesa Diretora, em nome do presidente da Casa, Guilherme Uchoa (PDT), e do primeiro-secretário João Fernando Coutinho (PSB); o líder do meu partido Augusto Coutinho (DEM); os deputados Antônio Moraes (PSDB) e Pedro Eurico (PSDB) e a bancada feminina da Casa”, ressaltou.



FOTOS: RINALDO MARQUES

## ERIBERTO MEDEIROS

Em seu primeiro ano como deputado estadual, Eriberto Medeiros (PTC) aproveitou o período natalino para agradecer aos funcionários e parlamentares o empenho em tornar 2007 um ano produtivo para o Estado. “Desejo um feliz Natal e próspero Ano Novo a todos. É uma satisfação trabalhar em uma Casa onde não existe baixo nem alto clero. Todos são iguais e há respeito”, enfatizou o parlamentar. Eriberto destacou, ainda, a importância da paz, da transparência, da lealdade e seriedade para a vida em sociedade. O parlamentar, que já foi vereador do Recife, conseguiu ser eleito para a Casa Joaquim Nabuco com 24.349 votos. Atualmente, é líder do PTC e integra diversas Comissões Permanentes, como Assuntos Internacionais, Ética, Legislação e Justiça e Redação de Leis.



## ESMERALDO SANTOS

O mês natalino também foi destacado pelo deputado Esmeraldo Santos (PR), que desejou um ano novo de paz e felicidade e agradeceu aos funcionários e parlamentares da Casa. “Todos temos



uma função e somos importantes naquilo que fazemos”, frisou, saudando os servidores da limpeza, da Assistência de Comunicação Social, da Assistência Legislativa, do Cerimonial e de todos os outros setores. O republicano lembrou que, neste primeiro mandato, fez diversas reivindicações para São Caetano, mas só conseguiu uns caminhões-pipas para a cidade. “Tenho esperança de que, no próximo ano, os problemas da minha região serão solucionados”, disse. Esmeraldo contou que esteve em São Caetano, na última quarta-feira, com o secretário de Transportes, Sebastião Oliveira Júnior, resolvendo a questão das vias locais na BR-232. “Vamos ter passarela, redutores de velocidade e iluminação”, comemorou.

# Educação analisa ações de 2007

## Ênfase ao debate com lideranças e profissionais

O trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação da Alepe levou a presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), a se pronunciar enfatizando os resultados obtidos pelo colegiado este ano. O grupo, segundo a petista, trabalhou com base em um planejamento que teve três focos principais: debater a política educacional com a participação dos principais sujeitos do Estado que lidam com o segmento; trabalhar de forma interdisciplinar, relacionando educação e cultura; e funcionar como um canal de interlocução com a sociedade. Este último ponto foi considerado pela deputada o mais exitoso.

"Realizamos várias audiências públicas e um grande evento, o 2º Seminário de Educação do Poder Legislativo, promovido em junho. Implementamos uma forma diferente de comemorar o Dia do Professor, celebrando o Mês da Educação. Durante todo o mês de outubro, pelo qual se distribuem as datas comemorativas do professor, da criança e do funcionário público, enchemos esta Casa com a representação social. Foram gestores municipais e estaduais, estudantes e professores, servidores da Educação, organizações



RINALDO MARQUES

**DISCURSO** - Teresa falou da valorização do professor

não-governamentais e universidades participando das discussões", detalhou.

O lançamento, em agosto, do Plano Educacional em Direitos Humanos, pelas Comissões de Educação e de Defesa da Cidadania, foi outra ação importante. O ex-ministro de Direitos Humanos e atual presidente do PT de Minas Gerais, Nilmariano Miranda, afirmou, na ocasião, que somente a Constituição Federal de 1988 contemplou o tema de forma moderna.

Ao todo, o colegiado aprovou 30 projetos ao longo de 2007, sendo cinco no primeiro semestre e 25 no segundo.

A parlamentar ressaltou que o bom desempenho é fruto de um trabalho conjunto entre toda a equipe da Comissão. "Divido o êxito

com os deputados Terezinha Nunes (PSDB); com o vice-presidente da Comissão, Antônio Moraes (PSDB); Geraldo Coelho (PTB); Soldado Moisés (PSB), de presença sempre assídua nas reuniões; Carlos Santana (PSDB); Elias Lira (DEM); Esmeraldo Santos (PR), que, embora suplente, acompanhou de perto todos trabalhos da Comissão; Luciano Moura (PCdoB), e Sílvio Costa Filho (PMN), que foi substituído pela deputada Nadegi Queiroz (PMN)", declarou.

O apoio da assessoria do colegiado e de todos os funcionários da Casa também foi lembrado. "Desejo um Natal com muita paz e justiça social. Que neste período de renovação, possamos buscar forças para enfrentar 2008", frisou.

## Região metropolitana

# Paulista cresce e atrai empresas

Nas últimas semanas, a cidade do Paulista ganhou destaque na imprensa e o fato foi lembrado, ontem, pela deputada Ceça Ribeiro (PSB). O município conseguiu, em apenas um ano, receber 11 novas empresas e espera a inauguração do *Nassau Shopping* e de uma montadora de ônibus. Outras melhorias na saúde, educação, assistência social e segurança também foram lembradas.

Com os novos empreendimentos, Paulista receberá mais investimentos, beneficiando a população. Conhecida como *Cidade das Chamínés*, ao longo dos anos, a localidade teve muitas de suas fábricas fechadas, provocando desemprego. "Esse progresso deve fazer renascer a esperança de crescimento", afirmou Ceça.

Para a socialista, o trabalho realizado pelo governo municipal promove o crescimento sustentável, a geração de emprego e renda e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A montadora,



RINALDO MARQUES

**EMPREGO** - Ceça Ribeiro citou o Nassau Shopping

que será no terreno da antiga *Hering*, vai gerar 600 empregos e contará com investimento de R\$ 150 milhões. No mesmo local, deverão ainda ser instalados dez fornecedores da fábrica de ônibus.

De acordo com a parlamentar, por meio de recursos próprios, foram construídas várias escolas e outras, ampliadas. Os professores participaram de capacitação profissional e os servidores foram valorizados. Na saúde, o Programa Saúde

da Família (PSF) foi ampliado e o Governo estadual, em parceria com a prefeitura, está viabilizando a construção do Hospital Miguel Arraes. Também foram feitos investimentos na assistência social, com programas para as famílias e construção de casas populares. Em segurança, o município participou de ações importantes envolvendo o Pacto pela Vida.

"Desejo a todos um Feliz Natal e um Ano-Novo de muita paz", comentou.

## Contaminação

# Bactéria deixa unidades de saúde em alerta

O avanço da bactéria *Enterococcus faecium* no Estado, registrado ontem na primeira página do caderno de Cidades, do *Jornal do Comércio*, preocupa a deputada Terezinha Nunes (PSDB). "De acordo com a matéria, foram detectados 52 novos casos em apenas 20 dias. Isso é um sintoma de calamidade", alertou a parlamentar, pedindo que o Poder Executivo tome providências. Desde o início de 2007, a bactéria atingiu 119 pessoas em 13 unidades de saúde.

A publicação aponta que, no Hospital Agamenon Magalhães (HAM), na Tamarineira, a situação é tão crítica que um andar inteiro foi interditado. "É fundamental que a Universidade de Pernambuco (UPE), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), as faculdades de



RINALDO MARQUES

**TEREZINHA** - Matéria JC

Medicina e todos aqueles que têm vinculação com a saúde em Pernambuco prestem socorro", afirmou, salientando a importância do apoio da sociedade para reverter a situação.

A tucana lembrou que o deputado Pedro Eurico (PSDB) também usou a tribuna

para tratar a questão e, na ocasião, foram solicitadas informações à Secretaria Estadual de Saúde. Ainda assim, segundo a deputada, o quadro nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e enfermarias das unidades públicas se agravou. "O jornal diz que se houver interesse, para garantir que esses profissionais tenham os equipamentos necessários, será difícil que a bactéria se alaste. Se o problema vem crescendo, é porque está faltando vigilância", criticou.

Para Terezinha, o governo poderá contar com a iniciativa privada. "Existem UTIs nos hospitais privados que podem receber esses doentes, mas é necessário que o governo reconheça a gravidade da situação e tome as medidas necessárias", observou.

## Funcionalismo

Os funcionários da empresa *Conserbens* que realizam serviços gerais na Alepe foram prestigiados com um almoço e a entrega de cestas básicas. A iniciativa, implementada pelo atual presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), quando ele foi primeiro-secretário da Casa, reuniu cerca de 90 pessoas. "As confraternizações estimulam a aproximação



JOÃO BITTA

entre os deputados e servidores", avaliou o pedetista, que participou da festa. Para Antônio Galdino, um dos funcionários mais antigos, o encontro é importante, pois valoriza os que trabalham na Casa Joaquim Nabuco. A ascensorista Maria das Graças acredita que, em 2008, o Poder Legislativo dará continuidade ao bom trabalho que vem realizando. Também estiveram presentes os deputados Izaías Régis (PTB), Esmeraldo Santos (PR) e Sérgio Leite (PT).

# Desenvolvimento Econômico prioriza audiências públicas

## Preço do álcool e empreendedorismo foram alguns dos temas abordados

Promover a aproximação do Poder Legislativo com a sociedade foi o foco da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Ontem, durante a última reunião plenária do ano, o presidente do colegiado, deputado Sebastião Rufino (DEM), apresentou o relatório dos trabalhos realizados no segundo semestre. Na ocasião, Rufino entregou o documento ao presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT).

De acordo com o integrante do Democratas, o colegiado "buscou cumprir determinações do Regimento Interno do Parlamento, promovendo estudos, ouvindo a sociedade e fazendo da Casa Joaquim Nabuco um instrumento extremamente democrático que visa ao desenvolvimento econômico do Estado". "Procuramos fazer

um trabalho que gerou bons resultados. Agradeço o apoio e a determinação de todos os integrantes do colegiado, deputados titulares e suplentes, além da equipe técnica", afirmou Rufino.

No segundo semestre de 2007, o grupo de trabalho realizou sete audiências públicas, cinco reuniões ordinárias e analisou 30 projetos, dos quais 19 foram do Poder Executivo e 11 do Legislativo. Entre as proposições, 24 foram aprovadas, uma foi rejeitada, duas retiradas de pauta e duas continuam em tramitação na Casa.

Um dos projetos acatados foi o de nº 133/07, de autoria da deputada Terezinha Nunes (PSDB), que veta a construção de presídios e penitenciárias em locais próximos aos centros urbanos e das zonas de interesse turístico. Outra matéria aprovada foi o Projeto de Lei nº



RINALDO MARQUES

**BOM CONSELHO** - Recentemente, colegiado avaliou instalação da Perdigão no município

182/07, do Executivo, dispondo a aplicação, no Estado, da Lei Complementar Federal nº 123, instituindo o Estatuto Nacional das Microempresas e da Empresa de Pequeno Porte.

No município de Bom Conselho, no Agreste, a Comissão avaliou a instalação de uma fábrica de alimentos da *Perdigão*, que deve começar a funcionar em março de 2009.

A reunião aconteceu no Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e viabilizou a apresentação de melhorias para a cidade, a fim de subsidiar o complexo agroindustrial que vai se

desenvolver com a chegada da empresa. Os investimentos estimados para a implantação do complexo são na ordem R\$ 280 milhões. Cerca de mil empregos diretos e três mil indiretos serão gerados. Para Rufino, "a *Perdigão* fez uma ótima escolha, pois Bom Conselho, uma das maiores bacias leiteiras de Pernambuco, vai desenvolver um complexo agroindustrial importante não só para a região, mas para todo o Estado".

O colegiado ainda discutiu o transporte complementar no Interior, a situação das Praias de Porto de Galinhas, Muro Alto e Maracáipe, as distorções de preços entre a aquisição de álcool nas fontes produtoras e a entrega às distribuidoras, incentivos fiscais e a política de desenvolvimento do Pólo de Confeccões do Agreste, entre outros.

## Política

# Elogios ao desempenho de Eduardo Campos

O deputado Aglaílson Júnior (PSB) usou a tribuna, na manhã de ontem, para agradecer ao governador Eduardo Campos (PSB) as ações que promoveram o desenvolvimento do Estado em 2007. O parlamentar destacou a industrialização do Interior e citou as empresas que chegaram à Vitória de Santo Antão, este ano, a Sadia e a Gytoku, que fabrica porcelanato. De acordo com Aglaílson Júnior, Eduardo Campos tirou do papel vários projetos que só eram mencionados pela imprensa, a exemplo da refinaria.

"A partir de 1º de janeiro, vamos implantar o maior parque industrial que Vitória de Santo Antão já viu. Eduardo Campos tem de-



RINALDO MARQUES

**NEGÓCIOS** - Aglaílson apontou crescimento de Vitória

monstrado por qual motivo brilhou durante o tempo em que passou nesta Casa, no Congresso Nacional e como ministro da Ciência e Tecnologia, fazendo história

neste Brasil afora. Pernambuco fez o maior governador de todos os tempos", declarou o parlamentar.

Aglaílson Júnior destacou, também, o trabalho

da deputada federal Ana Arraes, mãe do governador. "É uma pessoa que me ensinou a amá-la e com a qual fiz política em várias cidades do Interior. Ana Arraes está brilhando no Congresso Nacional", ressaltou.

O parlamentar agradeceu ao presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), pelo "brilhante trabalho que vem desenvolvendo à frente da Casa", aos demais integrantes da Mesa Diretora e a todos os que compõem o Poder Legislativo.

O socialista desejou um feliz Natal e um próspero ano-novo a todos os parlamentares e ao povo pernambucano.

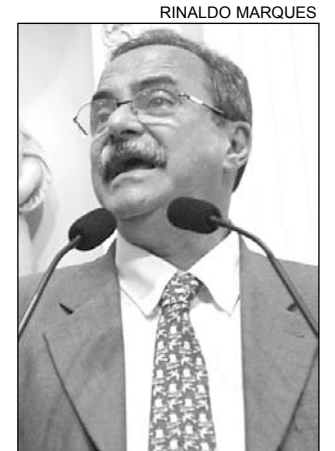
## Investimento

# Líder da Oposição volta a avaliar Governo

Um balanço "negativo" do primeiro ano de gestão do governador Eduardo Campos (PSB) foi feito, ontem, pelo líder da Oposição, Pedro Eurico (PSDB), na última reunião Plenária de 2007. O parlamentar explicou que, este ano, o papel da bancada foi defender os interesses do povo pernambucano, sem abrir mão de fiscalizar as ações do Executivo.

De acordo com o tucano, o atual Governo encontrou os cofres públicos equilibrados, do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal, e um ambiente propício para a atração de novos investimentos.

Apesar disso, "Pernambuco continua pobre, violento e sem alternativas para a população jovem. Somos o segundo Estado do País com o pior índice de desenvolvimento juvenil, porque é o que



RINALDO MARQUES

**EURICO** - Cobranças

mais mata jovens", lamentou.

Para o deputado, o Executivo tem Secretarias demais e trabalho de menos. Ele questionou quais as iniciativas das Secretarias de Esportes e da Juventude. "Espero que, no futuro, o Poder tenha agilidade para realizar ações em favor da saúde, da educação e da segurança", enfatizou.

## Leis

### LEI Nº 13.380, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007.

**EMENTA:** Declara de Utilidade Pública a Associação Comunidade Obra de Maria (OPUS MARIAE).

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:**

**Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do artigo 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:**

Art. 1º É declarada de Utilidade Pública a Associação Comunidade Obra de Maria (OPUS MARIAE), com sede na cidade do Recife.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

**Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco,  
em 21 de dezembro de 2007.**

**GUILHERME UCHÔA**  
Presidente

**O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES.**

### LEI Nº 13.381, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007.

**EMENTA:** Institui no calendário oficial do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:**

**Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do artigo 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, cujos objetivos são:

I – sensibilizar e conscientizar a sociedade e os órgãos públicos e privados sobre os direitos fundamentais, especialmente o direito à cidadania, das pessoas com deficiência;

II – promover das ações de Organizações;

III – estimular o debate sobre o tema da deficiência em geral;

IV – tornar públicos os programas, as políticas públicas e as ações em defesa da pessoa com deficiência.

Art. 2º As comemorações da Semana Estadual da Pessoa com Deficiência ocorrerão, anualmente, no período de 21 a 28 de agosto.

Art. 3º Durante a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, serão realizadas atividades sobre a temática do deficiente, inclusão social, educação especial, geração de oportunidades de trabalho, esporte e lazer para pessoas com deficiência, divulgação de avanços técnico-científicos e médicos que visem ao bem-estar dos deficientes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco,  
em 21 de dezembro de 2007.**

**GUILHERME UCHÔA**  
Presidente

**O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO AIRINHO DE SÁ CARVALHO.**

## Atas

**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2007.**

### PODER LEGISLATIVO

**Mesa Diretora:** Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditação,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Larissa Rodrigues, Renata Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera, Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida, Silvana Fonseca e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Hortência Cecílio, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** [dimprensa@alepe.pe.gov.br](mailto:dimprensa@alepe.pe.gov.br).



**Nosso endereço na Internet** <http://www.alepe.pe.gov.br>

**PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS.**

AOS 20 (VINTE) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2007 (DOIS MIL E SETE), ÀS 14 (CATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, COM A PRESENÇA DOS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, AIRINHO DE SÁ CARVALHO, ANDRÉ CAMPOS, ANTÔNIO FIGUEIRÔA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR FILHO, BARRETO, BRINGEL, CARLA LAPA, CARLOS SANTANA, CEÇA RIBEIRO, CIRO COELHO, CLAUDIANO MARTINS, CLODOALDO MAGALHÃES, CORONEL JOSÉ ALVES, DOUTORA NADEGI, EDSON VIEIRA, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, ESMERALDO SANTOS, GERALDO COELHO, ISABEL CRISTINA, ISALTINO NASCIMENTO, IZAÍAS RÉGIS, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOSÉ QUEIROZ, LOURIVAL SIMÕES, MANOEL FERREIRA, MARCANTÔNIO DOURADO, MIRIAM LACERDA, PEDRO EURICO, RAIMUNDO PIMENTEL, RICARDO TEOBALDO, SEBASTIÃO RUFINO, SÉRGIO LEITE, SOLDADO MOISÉS, TERESA LEITÃO E TEREZINHA NUNES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, AUGUSTO COUTINHO, ELIAS LIRA, ELINA CARNEIRO, EVERALDO CABRAL, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO NEGROMONTE, LUCIANO MOURA, MAVIAEL CAVALCANTI E PASTOR CLEITON COLLINS, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO IZAÍAS RÉGIS, DECLARA ABERTA A REUNIÃO. OCUPAM, RESPECTIVAMENTE, AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E DE SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E MIRIAM LACERDA. LIDA, É APROVADA A ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. PROSSEGUINDO, O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO, QUE PROCEDE À LEITURA DO EXPEDIENTE. ISTO FEITO, O SENHOR PRESIDENTE O ENVIA À PUBLICAÇÃO. NO HORÁRIO RESERVADO AO PEQUENO EXPEDIENTE, O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA MIRIAM LACERDA, QUE RESSALTA A INSTALAÇÃO DA INDÚSTRIA DE METAIS DO NORDESTE – ALNOR – NO MUNICÍPIO DE CARUARU. CONTINUANDO, INFORMA QUE A INDÚSTRIA GERARÁ CEM EMPREGOS DIRETOS NA PRIMEIRA FASE DE IMPLANTAÇÃO E QUATROCENTOS NA FASE POSTERIOR E POSSIBILITARÁ UMA MELHOR CONDIÇÃO DE VIDA PARA MUITAS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO. USA DA PALAVRA O DEPUTADO ESMERALDO SANTOS PARA REGISTRAR OS QUARENTA E QUATRO ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE INGAZEIRA. CONTINUANDO, TECE UM HISTÓRICO DO MUNICÍPIO. FINALIZANDO, COMENTA QUE O ACONTECIMENTO POLÍTICO MAIS IMPORTANTE DO MUNICÍPIO FOI QUANDO O ENTÃO GOVERNADOR SENHOR MIGUEL ARRAES, NO ANO DE MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E TRÊS, SANCTIONOU A LEI QUE TRANSFORMOU O DISTRITO DE INGAZEIRA EM MUNICÍPIO. SEGUE NA TRIBUNA A DEPUTADA TERESA LEITÃO PARA DEMONSTRAR PESAR PELO FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DA CIDADE DO RECIFE, SENHOR MIGUEL BATISTA, MAIS CONHECIDO COMO MIGUELZINHO. O SENHOR VICE-PRESIDENTE SOLICITA UM MINUTO DE SILÊNCIO EM HOMENAGEM AO SENHOR MIGUEL BATISTA. NA SEQÜÊNCIA, A DEPUTADA TEREZINHA NUNES REGISTRA OS NÚMEROS APRESENTADOS NO BALANCETE DA SECRETARIA DA FAZENDA, O QUAL MOSTRA QUE A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL PROMOVEU UMA GRANDE RETRAÇÃO NO QUE SE REFERE AOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NO ESTADO E REGISTRA CRESCIMENTO MENOR NA ARRECAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL, INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS. CONTINUANDO, CONSTATA QUE O GOVERNADOR DO ESTADO NÃO CUMPRIU A PROMESSA QUE FEZ AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE QUE PROMOVERIA AUMENTOS SALARIAIS CORRESPONDENTES À RECEITA ESTADUAL. TEREZINHA APONTOU QUE, APESAR DE TER INICIADO DOIS MIL E SETE COM DINHEIRO EM CAIXA, OS INVESTIMENTOS CAÍRAM PELA METADE EM RELAÇÃO A DOIS MIL E SEIS. PARA A DEPUTADA, ESTADO QUE NÃO INVESTE, NÃO CRESCE E NÃO PRODUZ EMPREGOS. FINALIZANDO, CONCLUI QUE A FALTA DE PREPARO E DE PROJETOS DA ATUAL GESTÃO NÃO TROUXE NADA DE NOVO EM UM ANO DE MANDATO E OS NÚMEROS DA SEGURANÇA PÚBLICA, DA EDUCAÇÃO E DO TURISMO TAMBÉM NÃO APRESENTARAM PROGRESSOS PALPÁVEIS. FINALMENTE COM A PALAVRA O DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ, ÚLTIMO ORADOR INSCRITO NO PEQUENO EXPEDIENTE, QUE REBATE AS CONSIDERAÇÕES DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES, AFIRMANDO QUE SE TRATA DE UMA VISÃO MÍOPE DE UMA GESTÃO QUE USOU APENAS VINTE E CINCO POR CENTO DO TEMPO. CONTINUANDO, LEMBRA QUE NO ANO DE DOIS MIL E SEIS, NO FINAL DOS OITO ANOS DA GESTÃO ANTERIOR, OS SENHORES EX-GOVERNADORES JARBAS VASCONCELOS E MENDONÇA FILHO TIVERAM MAIS DE DOIS BILHÕES DE REAIS DA VENDA DA COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE – PARA ALAVANCAR O PROGRESSO, DIMINUIR AS DIFERENÇAS SOCIAIS, AVANÇAR NA SAÚDE E NA EDUCAÇÃO, MAS NADA DISSO FOI FEITO. FINALIZANDO, ENFATIZA QUE O PRINCIPAL DA ADMINISTRAÇÃO DE EDUARDO CAMPOS É O CUIDADO COM A POPULAÇÃO. FAZENDO USO DA PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE COMUNICA QUE ESTEVE COM O GOVERNADOR DO ESTADO NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS, ONDE ESTE ASSINOU A ORDEM DE SERVIÇO PARA A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM QUE RESOLVERÁ O PROBLEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA DOS MUNICÍPIOS DE GARANHUNS E SÃO JOÃO. A DEPUTADA TEREZINHA NUNES SOLICITA AO SENHOR PRESIDENTE DIREITO DE RESPOSTA, POR TER SIDO CITADA PELO DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ, AMPARADO NO ARTIGO 212, § 5º, DO REGIMENTO INTERNO, QUE O CONCEDE. ATO CONTÍNUO, A DEPUTADA TEREZINHA NUNES COBRA RESPOSTA DA EQUIPE DO GOVERNADOR DO ESTADO QUANTO À PESQUISA DO DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS QUE COLOCA O GOVERNADOR DO ESTADO EM QUARTO LUGAR NA APROVAÇÃO POPULAR, ATRÁS DO ESTADO DO CEARÁ, AO PASSO QUE NO ANO DE OITO ANOS. ENCERRADO O PEQUENO EXPEDIENTE, O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. SUBMETIDOS AO PLENÁRIO, SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DA COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS NºS 1283/2007 A 1288/2007, QUE OFERECEM REDAÇÃO FINAL AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 275/2007, 347/2007, 403/2007, 406/2007, 409/2007 E 431/2007, RESPECTIVAMENTE. SUBMETIDO AO PLENÁRIO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 81/2007, DISPENSADO O INTERSTÍCIO NA FORMA REGIMENTAL, DISCUTE-O O DEPUTADO ESMERALDO SANTOS, SENDO APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 313/2007, COM AS EMENDAS MODIFICATIVA Nº 01 E SUPRESSIVA Nº 02, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 353/2007, TENDO A EMENDA MODIFICATIVA Nº 03, APRESENTADA PARA O SEGUNDO TURNO, DE AUTORIA DA DEPUTADA TEREZINHA NUNES, RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DA PRIMEIRA COMISSÃO, DISPENSADO O INTERSTÍCIO NA FORMA REGIMENTAL. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 392/2007, COM AS EMENDAS MODIFICATIVAS NºS 01 E 02 E ADITIVA Nº 03, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, DISPENSADO O INTERSTÍCIO NA FORMA REGIMENTAL. SUBMETIDO AO PLENÁRIO, É APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 401/2007, COM AS SUBEMENDAS MODIFICATIVA Nº 01 E ADITIVA Nº 02, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA. ENCERRADA A ORDEM DO DIA, O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE, CONCEDEDENDO A PALAVRA AO DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO, QUE RESSALTA QUE O TRABALHO DESENVOLVIDO NO PRIMEIRO ANO DE MANDATO DO GOVERNADOR DO ESTADO TEVE COMO OBJETIVO AUMENTAR A CADEIA PRODUTIVA, COM A REDUÇÃO DA CARGA DO ICMS, TIRANDO DA INFORMALIDADE PEQUENOS EMPRESÁRIOS E MICROEMPRESÁRIOS. CONTINUANDO, REGISTRA A SITUAÇÃO CAÓTICA NA QUAL O ATUAL GOVERNO DO ESTADO ENCONTROU A EDUCAÇÃO PÚBLICA E ASSINALOU QUE FORAM FEITAS VÁRIAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, ALÉM DA REQUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E AFIRMA QUE O GOVERNADOR DO ESTADO GARANTIU A DESCENTRALIZAÇÃO DA ECONOMIA AO LEVAR GRANDES INDÚSTRIAS PARA O INTERIOR DO ESTADO, ASSUMIU VÁRIAS OBRAS NÃO CONCLUÍDAS OU DEMANDADAS MAS NÃO REALIZADAS PELA GESTÃO ANTERIOR. PROSSEGUINDO, RESSALTA QUE A ADMINISTRAÇÃO ATUAL TEM MOSTRADO CORAGEM E CONDIÇÃO POLÍTICA DE ATUAR. FINALIZANDO, PROPÕE QUE SEJA REALIZADO UM DEBATE NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO VINDOURO SOBRE A ECONOMIA DO ESTADO COMPARANDO A ATUAL GESTÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PASSADA. O ORADOR É APARTEADO PELA DEPUTADA TEREZINHA NUNES. FINALMENTE COM A PALAVRA O DEPUTADO CIRO COELHO, ÚLTIMO ORADOR INSCRITO NO GRANDE EXPEDIENTE, QUE ALERTA PARA A GRAVE SITUAÇÃO DA SECA NO SEMI-ÁRIDO PERNAMBUCANO, QUE TEM PROVOCADO DANOS PROFUNDOS AO HOMEM SERTANEJO E AGRESTINO. CONTINUANDO, ACREDITA QUE O GOVERNO FEDERAL ESTÁ INSENSÍVEL AO PROBLEMA E NÃO TEM ESTABELECIDO POLÍTICAS PARA ATENUAR AS DIFICULDADES DE UM MILHÃO E MEIO DE PESSOAS QUE SOFREM COM A SECA E QUE A OFERTA DE DONATIVOS E A CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS SÃO PALIATIVOS PARA O POVO. CONTINUANDO, COBRA A REATIVAÇÃO DE PROJETOS NO VALE DO SÃO FRANCISCO PARADOS POR ORDEM DO GOVERNO FEDERAL, COMO O PORTAL DE PETROLINA E A IRRIGAÇÃO DE IBIMIRIM. FINALIZANDO, FAZ VÁRIAS SUGESTÕES AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA, COMO A ADOÇÃO DE TAXAS DE JUROS NEGATIVAS E SUBSIDIADAS PARA A PRODUÇÃO, A IMPLANTAÇÃO DE OBRAS HÍDRICAS E O RETORNO DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE, ESTABELECENDO NOVAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. O ORADOR É APARTEADO PELA DEPUTADA TEREZINHA NUNES. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO CONVOCANDO A PRÓXIMA PARA AMANHÃ ÀS DEZ HORAS.

**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**PRESIDÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO GUILHERME UCHÔA.**

AOS 21 (VINTE E UM) DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2007 (DOIS MIL E SETE), ÀS 10 (DEZ) HORAS, COM A PRESENÇA DOS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, AIRINHO DE SÁ CARVALHO, ANTÔNIO FIGUEIRÔA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR FILHO, AUGUSTO COUTINHO, BRINGEL, CARLA LAPA, CARLOS SANTANA, CEÇA RIBEIRO, CIRO COELHO, CLAUDIANO MARTINS, CLODOALDO MAGALHÃES, CORONEL JOSÉ ALVES, DOUTORA NADEGI, EDSON VIEIRA, EDUARDO PORTO, ELIAS LIRA, ELINA CARNEIRO, ERIBERTO MEDEIROS, ESMERALDO SANTOS, EVERALDO CABRAL, GERALDO COELHO, GUILHERME UCHÔA, HENRIQUE QUEIROZ, ISABEL CRISTINA, ISALTINO NASCIMENTO, IZAÍAS RÉGIS, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JOÃO NEGROMONTE, JOSÉ QUEIROZ, LOURIVAL SIMÕES, LUCIANO MOURA, MANOEL FERREIRA, MARCANTÔNIO DOURADO, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO EURICO, RAIMUNDO PIMENTEL, RICARDO TEOBALDO,



**Presidente:** Antônio Figueirôa.

**Relator :** Ricardo Teobaldo.

**Favoráveis os (4) deputados:** Antônio Figueirôa, Elias Lira, Marcantônio Dourado, Ricardo Teobaldo.

## REPUBLICADO

# Parecer N° 1295/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 401/2007, já aprovado com suas respectivas Subemendas, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

**Ementa:** Autoriza a criação da entidade fechada de previdência privada complementar e de plano de benefícios para Deputados e Servidores Públicos não Efetivos da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

## CAPÍTULO I DA ENTIDADE E SEUS FINS

Art. 1º A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco fica autorizada a constituir entidade fechada de previdência privada complementar e plano de benefícios para os Deputados e Servidores Públicos não Efetivos, da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPEPREV, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, vinculada ao Poder Legislativo, com autonomia administrativa e financeira, e sede e foro na Capital do Estado de Pernambuco.

Art. 2º A entidade e o plano de benefícios reger-se-ão pela presente Lei, pelo Estatuto e pelo Regulamento do Plano de Benefícios relativo ao seu e demais atos que forem baixados pelos órgãos competentes.

Art. 3º O prazo de duração da entidade é indeterminado.

## CAPÍTULO II DO OBJETO

Art. 4º A entidade tem por objeto a concessão e a manutenção de benefícios previdenciários previstos no artigo 10, mediante contribuição de seus participantes e da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, esta como patrocinadora.

**Parágrafo Único.** O plano de que trata esta Lei terá caráter facultativo, contributivo e suplementar aos respectivos benefícios assegurados pelo Regime de Previdência ao qual o Deputado e o Servidor Público não Efetivo esteja obrigatoriamente vinculado, observado o disposto nesta Lei e os padrões mínimos fixados pelos órgãos reguladores e fiscalizadores do regime de previdência complementar.

## CAPÍTULO III DOS MEMBROS DA ALEPEPREV

Art. 5º São membros da entidade:

- I – os participantes;
- II – os dependentes, na forma do artigo 8º desta Lei; e
- III – a patrocinadora – Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

**Parágrafo Único.** O participante e seus dependentes em gozo de benefício serão denominados de assistido.

## SEÇÃO I DOS PARTICIPANTES

Art. 6º Poderá figurar como Participante da ALEPEPREV:

I – o Deputado Estadual inscrito no plano, no exercício do mandato;

II – o Deputado Estadual inscrito no plano que perder o mandato ou licenciado para exercer cargo ou função pública;

III – a Pessoa Física inscrita no plano que mantenham vínculo empregatício com a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, excetuando-se os servidores titulares de cargo efetivo; e

IV – a Pessoa Física inscrita no plano que cessar o vínculo com a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco;

**Parágrafo Único.** O parlamentar ou o servidor que se encontrar, respectivamente, na condição prevista nos incisos II ou IV deste artigo poderão manter a inscrição no Plano nas condições previstas na legislação de regência das entidades fechadas de previdência complementar.

Art. 7º Para figurar na condição de participante o parlamentar e o empregado de que trata esta Lei, deverá formalizar sua adesão ao plano, vertendo a respectiva contribuição.

**Parágrafo Único.** Aos participantes enquadrados nos incisos II e IV do artigo 6º é facultada a manutenção da contribuição extraordinária a cargo da Patrocinadora para cobertura do serviço passado.

## SEÇÃO II DOS DEPENDENTES

Art. 8º Para fins desta Lei, são dependentes do participante:

I – o cônjuge ou o convivente; e

II – o filho menor de 21 anos ou inválido, aos quais se equiparam o enteado ou filho do convivente.

Art. 9º Somente terá direito ao benefício o dependente previamente inscrito no Plano.

## CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS

Art. 10. São assegurados os seguintes benefícios aos participantes e seus dependentes:

- I – renda mensal de aposentadoria voluntária;
- II – renda mensal de aposentadoria por invalidez permanente; e
- III – renda mensal de pensão por morte.

Art. 11. Resolução da Assembléia aprovará os respectivos planos de custeio e de benefícios, o qual devera ser elaborado por consultoria atuarial especializada, com observância às disposições legais das Leis Complementares nºs. 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

Art. 12. A renda mensal de aposentadoria voluntária de que trata o inciso I, do artigo 10 será devida ao deputado ou servidor que se inscrever no plano e que cumpra os seguintes requisitos de elegibilidade, observado o disposto no §2º deste artigo:

I – requerer;

II – estiver em gozo de benefício concedido pelo Regime de Previdência ao qual esteja obrigatoriamente vinculado;

III – tiver cessado o vínculo com a patrocinadora;

IV – estiver em dia com as contribuições para o plano;

V – tiver 60 (sessenta) meses de contribuição para o Plano no caso de participante que se inscrever até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua aprovação pelo órgão governamental competente e 120 (cento e vinte) meses no caso de participante que se inscrever após decorrido o referido prazo, observado o disposto no §1º;

VI – tiver, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade; e

VII – atender a todos os requisitos exigidos pelo regulamento do e pela legislação vigente.

§1º Os parlamentares que se elegerem após a vigência desta Lei bem como os servidores que forem admitidos também após a vigência desta Lei ficam sujeitos à carência de 60 (sessenta) meses de contribuição para o plano, além de cumpridas os demais requisitos previstos nos incisos I, II, III, IV, VI e VII do caput.

§2º Para os benefícios de renda mensal de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte, aplicam-se somente os requisitos de elegibilidade previstos nos incisos I, II e VII do caput.

Art. 13. Para os benefícios decorrentes de invalidez e morte, o regulamento do plano deverá assegurar a contratação, através de uma sociedade seguradora autorizada a funcionar no país, um capital destinado a cobrir os riscos atuariais.

§1º O capital segurado será limitado ao montante das contribuições vincendas do participante e da patrocinadora previstas nos incisos I e II do artigo 18, vigentes na data de sua contratação, atualizadas pela rentabilidade dos investimentos obtida no período de 12 (doze) meses imediatamente anterior à referida data.

§2º No início de vigência do plano de benefícios as contribuições referidas no §1º serão atualizadas pela variação do INPC mais juros de 6% ao ano pelo tempo que falta para o participante se tornar elegível a renda mensal de aposentadoria voluntária.

§3º O capital contratado comporá as rendas mensais de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte na forma estabelecida no regulamento do plano.

Art. 14. O valor da renda mensal dos benefícios previstos no artigo 10 deverá ser calculado observado o montante das contribuições vertidas pelo participante e pela patrocinadora acrescido do resultado dos investimentos e, se for o caso, também do capital contratado conforme previsto no artigo 13 .

Art. 15. A condição de dependente deverá subsistir quando do evento gerador do benefício de renda mensal de pensão por morte, não se admitindo inscrição em face de condição superveniente.

Art. 16. Cessa o pagamento do benefício de renda mensal de pensão por morte em relação ao cônjuge ou convivente que contrair núpcias ou constituir nova união estável, bem como o filho ou que atingir a idade prevista no inciso II do artigo 8º.

Art. 17. Os reajustes dos benefícios em manutenção serão efetuados de acordo com critérios estabelecidos no regulamento do plano.

## CAPÍTULO V DAS FONTES DE RECEITAS E SUAS APLICAÇÕES

Art. 18. São fontes de receitas para a cobertura da renda mensal de aposentadoria voluntária:

I – contribuição normal mensal do participante em percentual previsto anualmente no plano de custeio, incidente sobre o subsídio mensal do parlamentar e sobre a remuneração mensal do servidor, inscritos no plano;

II – contribuição normal mensal do Poder Legislativo, efetuada paritariamente com o participante que mantém vínculo com o patrocinador;

III – contribuições extraordinárias do Poder Legislativo efetuada para dar cobertura ao serviço passado dos participantes que ingressarem no plano de benefícios no prazo previsto no artigo 23.

IV – contribuições facultativas dos participantes, a título de aporte, sem contrapartida do Poder Legislativo;

V – contribuição mensal do participante que cessar o vínculo com a Patrocinadora, e optar por manter sua inscrição no Plano vertendo a sua contribuição e a da patrocinadora incidente sobre os valores previstos no inciso I;

VI – contribuição dos aposentados e pensionistas, quando for o caso, sobre o seu benefício mensal;

VII – os recursos financeiros e patrimoniais, de qualquer natureza e origem, que forem destinados ao plano ou por direito lhe pertencerem;

VIII – as receitas patrimoniais e financeiras; e

IX – as receitas decorrentes de suas atividades.

Art. 19. São fontes de receitas para a cobertura das rendas mensal de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte:

I – contribuição do participante correspondente ao prêmio pago para cobertura do capital pactuado junto a uma sociedade seguradora contratada pela entidade;

II – a contribuição da patrocinadora correspondente a 50% do prêmio pago para cobertura do capital pactuado junto a uma sociedade seguradora contratada pela entidade;

**Parágrafo Único.** A contribuição prevista no inciso I deste artigo corresponde ao prêmio pago pela cobertura do capital segurado na forma prevista no §1º do artigo 13 e será anualmente revista em função do valor ajustado do capital, da idade do participante ou dependente e do tempo faltante para a concessão do benefício de renda mensal de aposentadoria voluntária.

Art. 20. A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco contribuirá em valores iguais aos previstos no artigo 18 para os participantes com vínculo com a patrocinadora.

**Parágrafo Único.** É vedada a Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco assumir encargos adicionais para o financiamento do plano de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Art. 21. A alíquota de contribuição prevista no artigo 18 será anualmente revista, mediante avaliação atuarial.

Art. 22. Será assegurado pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco aos Deputados Estaduais no exercício de mandato na data de vigência desta Lei, para fins de benefícios, o custeio do tempo de mandato eletivo retroativo a 12 (doze) anos ininterruptos ou não, denominado serviço passado, conforme plano de custeio elaborado por consultoria atuarial especializada, observado o disposto no artigo 23.

Art. 23. O direito a que se refere o artigo 22 somente será exercido pelo Deputado Estadual que promover sua inscrição no plano de benefícios até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua aprovação pelo órgão governamental competente.

Art. 24. Será assegurado, pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, ao Servidor Público não Efetivo no exercício de suas atividades na data de vigência desta lei, para fins de benefícios, o custeio do tempo de serviço anterior a sua inscrição no plano, prestado ao legislativo na qualidade de empregado, denominado também como serviço passado, limitado a 144 (cento e quarenta e quatro) meses ininterruptos, desde que este promova sua inscrição no mesmo prazo previsto no artigo 23.

**Parágrafo Único.** Será computado também, nas condições previstas no caput, como serviço passado o mandato eletivo do servidor Público não Efetivo, ex-deputado estadual, exercido anteriormente a sua admissão na Assembléia Legislativa, desde que não superior a 12 (doze) anos.

Art. 25. O valor das obrigações atuariais do serviço passado correspondente ao mandato eletivo previsto no artigo 22 e ao tempo de serviço anterior do empregado previsto no artigo 24, será integralizado na forma estabelecida em Nota Técnica Atuarial elaborada por consultoria atuarial especializada, pelo Poder Legislativo.

Art. 26. A despesa administrativa da entidade será custeada pela Patrocinadora e pelos participantes e assistidos, conforme alíquota definido no Plano de Custeio anual, incidente sobre o subsídio do parlamentar e sobre a remuneração do servidor.

## CAPÍTULO VI DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 27. As reservas e disponibilidades do plano serão aplicadas tendo em vista o interesse social, a segurança, a manutenção do valor real do patrimônio e a obtenção de rentabilidade satisfatória, para cumprimento das finalidades de sua criação.

Art. 28. Os recursos disponíveis do plano serão aplicados em inversões rentáveis, na forma na política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

#### CAPÍTULO VII DO PATRIMÔNIO

Art. 29. Constituem patrimônio do plano :

I – os bens móveis e imóveis, os direitos e outros valores pertencentes ao plano e os que ao seu patrimônio se incorporarem;

II – a doação, o legado e os bens provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 30. O patrimônio do Plano e da entidade é autônomo e, portanto, desvinculado de quaisquer obrigações assumidas pela Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

#### CAPÍTULO VIII DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

##### SEÇÃO I DA ESTRUTURA DA ALEPEPREV

Art. 31. São órgãos da entidade:

I – o Conselho Deliberativo;

II – o Conselho Fiscal; e

III – Diretoria Executiva.

Art. 32. Os ocupantes dos cargos do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal não receberão remuneração pelo exercício de suas funções.

Art. 33. As reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal serão realizadas na sede da entidade.

##### SEÇÃO II DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 34. O Conselho Deliberativo é constituído por 6 (seis) membros e igual número de suplentes dentre os participantes e assistidos, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução e com garantia de estabilidade, sendo:

I – 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, representantes da Assembléia Legislativa, indicados pela Patrocinadora;

II – 3 (três) membros e seus respectivos suplentes, eleitos diretamente e pelos participantes e assistidos.

**Parágrafo Único.** A substituição de qualquer dos membros do Conselho Deliberativo se dará por eleição.

Art. 35. O Conselho Deliberativo terá um presidente e vice-presidente, indicados pela Assembléia Legislativa, dentre um dos seus representantes.

§1º O vice-presidente substituirá o presidente do Conselho Deliberativo em sua ausência ou impedimento.

§2º O presidente do Conselho Deliberativo terá o voto de desempate nas decisões do Conselho.

§3º Compete ao presidente do Conselho Deliberativo convocar e presidir as reuniões.

Art. 36. O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

I – ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, por convocação de seu Presidente;

II – extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, por convocação do seu Presidente, do Conselho Fiscal ou de um terço dos seus componentes.

**Parágrafo Único.** A convocação do Conselho Deliberativo far-se-á mediante comunicação a seus membros.

Art. 37. Ao conselho deliberativo compete a definição das seguintes matérias:

I – política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios;

II – alteração de estatuto e regulamentos dos planos de benefícios, bem como a implantação e a extinção deles e a retirada de patrocinador;

III – gestão de investimentos e plano de aplicação de recursos;

IV – autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a cinco por cento dos recursos garantidores;

V – contratação de auditor independente atuário e avaliador de gestão, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;

VI – nomeação e exoneração dos membros da diretoria-executiva; e

VII – exame, em grau de recurso, das decisões da diretoria-executiva.

**Parágrafo Único.** A definição das matérias previstas no inciso II deverá ser aprovada pela Assembléia Legislativa.

##### SEÇÃO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 38. A Diretoria Executiva terá poderes de administração para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com as finalidades da entidade e será composta por três diretores conforme definido no seu estatuto.

Art. 39. Competem à Diretoria Executiva, especialmente, as seguintes atribuições:

I – distribuir entre seus membros as tarefas que lhe competem;

II – executar os procedimentos necessários ao atendimento da finalidade do plano, de acordo com as diretrizes do Conselho Deliberativo, das demais normas internas e, especialmente, da legislação aplicável;

III – elaborar todos os estudos, pareceres, processos, documentos, relatórios e afins solicitados pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, podendo para tanto se valer de consultorias externas e de outras prestadoras de serviços que se fizerem necessárias;

IV – elaborar e assinar o Balanço Patrimonial, Balancetes e Demonstrativos de Resultados, relativos ao Plano de Benefício administrado pela entidade;

V – fornecer às autoridades competentes, sempre que lhes forem solicitadas, as informações previstas na legislação aplicável, sobre os assuntos do plano e da entidade;

VI – submeter à aprovação do Conselho Deliberativo, o plano anual de operações e proposta orçamentária para a entidade e para o Plano de Benefício;

VII – submeter à aprovação do Conselho Deliberativo os planos de custeio, a política de investimentos e os planos de alocação dos recursos do Plano de Benefício, inclusive eventuais alterações;

VIII – submeter à aprovação do Conselho Deliberativo as alterações deste Estatuto e do Regulamento;

IX – aprovar os quadros e as lotações do pessoal da entidade, bem como o respectivo plano de cargos e salários;

X – aprovar o plano de contas do Plano de Benefício e suas alterações;

XI – apreciar recurso dos atos dos prepostos ou empregados da entidade;

XII – elaborar o regimento eleitoral e organizar e executar o processo para a eleição dos representantes dos participantes e Assistidos como membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Art. 40. Aos membros da diretoria-executiva é vedado:

I – exercer simultaneamente atividade na Patrocinadora;

II – integrar concomitantemente o conselho deliberativo ou fiscal da entidade e, mesmo depois do término do seu mandato na diretoria-executiva, enquanto não tiver suas contas aprovadas; e

III – ao longo do exercício do mandato prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro.

#### SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 41. O Conselho Fiscal é constituído por 4 (quatro) membros efetivos e igual numero de suplentes, dentre os participantes e assistidos, para um mandato de 4 (quatro) anos, vedada à recondução, sendo:

I – 2 (dois) membros, e seus respectivos suplentes, representantes da Assembléia Legislativa, indicados pela patrocinadora;

II – 2 (dois) membros, e seus respectivos suplentes, eleitos diretamente pelos participantes e assistidos.

§1º O presidente do Conselho Fiscal e seu respectivo suplente serão escolhidos, dentre os seus membros, pelos membros representantes dos participantes e assistidos, por ocasião da posse de cada novo membro.

§2º Em caso de empate na escolha para Presidente do Conselho Fiscal, assumirá o cargo o membro mais idoso.

Art. 42. Competem ao Conselho Fiscal, especialmente, as seguintes atribuições:

I – examinar e emitir parecer sobre os balancetes;

II – emitir parecer sobre o Balanço Patrimonial do Plano de Benefício, bem como sobre o relatório anual e a prestação de contas da Diretoria Executiva;

III – apontar as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras;

IV – examinar, a qualquer época, os livros e documentos fiscais do Plano de Benefício administrado pela entidade.

#### CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43. A estrutura administrativa da entidade e as normas de seu funcionamento adequar-se-ão às disposições constitucionais relativas ao órgão regulador, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo e submetida à Assembléia Legislativa.

**Parágrafo Único.** É facultada a Assembléia Legislativa a cessão de pessoal à entidade, desde que ressarcidos os custos correspondentes.

Art. 44. O Plano Previdenciário terá previsão no orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2008, e correrão por conta da dotação orçamentária na ação 2844 – Previdência Parlamentar, na natureza da despesa 31.90.13 – Obrigações Patronais, para a instituição do disposto nesta Lei.

Art. 45. Observado o disposto no artigo 11 desta Lei Complementar, a Resolução de que trata o artigo deverá aprovar o estatuto da entidade e o regulamento do plano de benefícios.

Art. 46. O aposentado investido em novo mandato de Deputado Estadual terá recalculado, ao final do mandato, o valor de seu benefício em função das contribuições feitas por ele e pela patrocinadora, respeitadas as normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 47. Os dispêndios necessários à implementação da entidade disciplinada e do plano de benefícios previstos nesta Lei correrão por conta das dotações consignadas ao Orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 2008.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário.

**Marcantônio Dourado**  
**Deputado**

**Sala da Comissão de Redação de Leis,**  
**em 20 de dezembro de 2007.**

**Presidente: Antônio Figueirôa.**  
**Relator : Marcantônio Dourado.**  
**Favoráveis os (4) deputados: Aglailson Júnior, Antônio Figueirôa, Bringel, Marcantônio Dourado.**

REPUBLICADO

## Atas de Comissão

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE Nº 08 DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA, REALIZADA NAS DEPENDÊNCIAS DO AUDITÓRIO NO 6º ANDAR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DIA 13/06/2007 – TEMA: PROBLEMAS DE FRONTEIRAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. TENDO COMO PRESIDENTE - TEREZINHA NUNES.**

Ao décimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e sete nas dependências do auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco com a presença da Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania Deputada Terezinha Nunes (PSDB), e do Deputado Pedro Eurico (PSDB), membros dessa Comissão, teve início a Audiência Pública, convocada pela **Deputada Terezinha Nunes** para tratar dos problemas de confrontações entre os 14 Municípios que integram a Região Metropolitana do Recife, os quais compartilham as mesmas dificuldades e precisam buscar soluções coletivas. Os trabalhos tiveram início com uma sessão expositiva por parte dos conferencistas convidados para compor a mesa: **Dr. Marco Aurélio Farias**, Promotor de Justiça do Centro de Apoio à Cidadania (CAOP) do Ministério Público de Pernambuco (MPPE); **Dr. Paulo Carvalho**, gerente de Geoprocessamento de Cartografia da Agência CONDEPE/FIDEM; **Dra. Paula Mendonça**, Secretária Executiva de Planejamento do Município do Recife; **Dr. Fernando Lopes**, Gerente de Projetos Ambientais da Secretaria de Planejamento de Olinda; **Dr. Henrique Lorena**, Assessor de Planejamento Urbano da Prefeitura de Camaragibe. Aproximadamente em 20 minutos os membros da mesa explicitaram seus pontos de vista, argumentos e expuseram dados estatísticos, estudos e análises sobre o tema **Problemas de Fronteiras dos Municípios da Região Metropolitana do Recife**, tendo como objetivo levantar as questões que atormentam a todos, averiguar exatamente quais são esses problemas e como encaminhar uma possível solução. **Dr. Paulo Carvalho**, enfatizou que a delimitação dos municípios é de atribuição do Órgão Federal, no caso o IBGE. **Dr. Marco Aurélio Farias**, falou sobre a preocupação com a questão da metodologia para o mapeamento dos municípios,



<b>CENTENÁRIO OSCAR NIEMEYER</b>
----------------------------------

**Senhores e Senhoras, Nobres Deputados e Deputadas,**

Justa homenagem se impõe ao filho do Rio de Janeiro de 1907, Oscar Niemeyer Soares Filho, que completa no próximo dia 15 a marca centenária de uma vida dedicada à revolução arquitetônica mundial.

Sua predileção pelas curvas e por traços anti-convencionais inscreveram seu nome como um dos arquitetos vivos de maior expressão no mundo das pranchetas, no qual traços, desenhos e projetos transpuseram os limítrofes meandros do papel e tornaram-se obras de arte de um concretismo antagônico - como o planejamento de Brasília, hoje Patrimônio da Humanidade, distinção conferida pela Unesco, e que se tornou um símbolo de um Brasil, que abriu caminhos à modernização na segunda metade do Século XX.

Desejoso em construir uma Brasília de um urbanismo com luz, ar e sol, com a transparência do cristal e a lógica de uma equação, assim o fez, revolucionando todos os conceitos até então formatados.

Criador de edifícios brancos e fluidos, de acentuada plasticidade e leveza, o ganhador do prêmio Nobel da Arquitetura, declara: *"Não é o ângulo reto que me atrai, nem a linha reta, dura, inflexível, criada pelo homem".*

*"De um traço nasce a arquitetura. E quando ele é bonito e cria surpresa, ela pode atingir, sendo bem conduzida, o nível superior de uma obra de arte"*, afirma o arquiteto, construtor e desenhista que em seus mais de 70 anos de carreira artística espalhou seu legado pelo mundo.

Aluno do renomado modernista brasileiro Lúcio Costa e colaborador de Le Corbusier, Niemeyer sempre se manteve fiel a suas convicções comunistas e não ocultou sua admiração por Fidel Castro e a Revolução Cubana.

Homem sagaz, escritor isento de hipocrisias, desenhista picassiano, Niemeyer entabulou suas paixões como chaves de sua arquitetura: a filosofia, sua grande família, seus amigos, a terra sensual e o céu azul do Brasil, as mulheres, o comunismo, a arte e a literatura.

Dentre sua prolífica obra merece destaque o Conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, 1940; a participação no projeto do edifício-sede da ONU, em Nova York, 1947; o Conjunto Ibrapuera, São Paulo, 1951; o Conjunto Copan, São Paulo, 1951; os principais prédios de Brasília, incluindo os palácios do Planalto e da Alvorada, a Catedral, a Praça dos Três Poderes e Supremo Tribunal Federal (1957-58); a sede do Partido Comunista Francês, Paris, 1967; a Editora Mondadori, Milão, 1968; e o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, 1991.

Destacamos também que em 2006 o arquiteto secular foi convidado a projetar os primeiros traços do audacioso Parque Dona Lindu, a ser erguido na orla da Praia de Boa Viagem, nesta capital.

Ao revés de embates infrutíferos, o projeto avança à sua concretização, sendo uma obra definida pelo próprio Niemeyer, como um conjunto moderno de área verde, espaço público de lazer e centro cultural, que o Recife carecia. Eis que Lindu, um projeto puro, de formas simples, já possui um destino certo: tornar-se mais um dos cartões postais do Recife, ante a beleza e leveza de suas formas, que misturam o concreto armado e natureza verde.

É por isso e por tanto, que esta Casa, não poderia deixar de render sincera homenagem ao cidadão brasileiro, que literalmente ajudou a fundar o Brasil moderno. Homenagem que celebra o homem e, sobretudo, sua obra, que semeada, no concreto, não passará.

E que olhemos para o futuro, em que muitos vêem a morte, nobres deputados e deputadas, com o olhar de um centenário: o olhar da construção, do trabalho contínuo, da mágica da criação, do pasmo com o belo, do traçado que a todos circunda e da luta incessante.

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

**SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,**

TODOS CONHECEM AS EXPECTATIVAS DA SOCIEDADE PERNAMBUCANA, INCLUSIVE NO INTERIOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO A RESPEITO DO CRESCIMENTO DA VIOLÊNCIA, PREOCUPANDO A POPULAÇÃO.

CONHECEM OS DESAFIOS QUE NECESSITAM SEREM VENCIDOS PELOS ORGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL, INCLUSIVE EM PERNAMBUCO. MESMO ASSIM, QUERO FAZER UM REGISTRO E APLAUDIR O TRABALHO DESTACADO DOS COMANDANTES DO 3º BATALHÃO DA POLICIA MILITAR E DA ROCAM EM ARCOVERDE E NOS DEMAIS MUNICIPIOS DA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO.

A AÇÃO DA POLICIA MILITAR, ATRAVÉS DE SEUS COMANDANTES E DO EFETIVO POLICIAL DAQUELAS UNIDADES TEM CONTRIBUIDO SIGNIFICATIVAMENTE PARA REDUZIR A CRIMINALIDADE E GARANTIR MAIS SEGURANÇA PARA A POPULAÇÃO DAQUELA REGIÃO.

DO TEOR DESTA PRONUNCIAMENTO, SOLICITO QUE SEJA DADO CONHECIMENTO AO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL, SERVILHO DE PAIVA, AO COMANDANTE DA POLICIA MILITAR, CEL. ITURBSON AGUSTINHO DOS SANTOS,AO COMANDANTE DO 3º BATALHÃO DA POLICIA MILITAR, ANTÔNIO OTÁVIO BARBOSA VAREDA E AO COMANDANTE DA ROCAM, GLAUCIO RODRIGUES REZENDE.

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA DOUTORA NADEGI NA REUNIÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
--

<b>PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA DOUTORA NADEGI NA REUNIÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
--

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados, Senhoras e Senhores das Galerias, em especial meu querido povo de Camaragibe.

Chego hoje a esta Casa Legislativa depois de percorrer uma trajetória de muita luta em defesa de melhores condições de vida para o povo pernambucano.

É um momento de muita alegria, porém principalmente um momento de reflexão, para a dupla responsabilidade que hoje assumo. Pela primeira vez a cidade de Camaragibe tem um representante na Casa de Joaquim Nabuco. E não é apenas um representante: é uma Deputada, mulher, mãe e trabalhadora.

Sempre atuei na área médica prestando serviços no sentido de atender às camadas mais carentes da população. Busco até hoje dar oportunidade de acesso à saúde básica à mulheres que nunca teriam condições de frequentar uma clínica particular. Mulheres que ficam à mercê de um serviço público de saúde deficitário.

Foi desse contato com essa população carente, que despertou minha luta política.

Nascida em São Lourenço da Mata, Camaragibe sempre foi a minha casa de fato.

Foi nesta cidade que eu tanto amo e respeito que fui por duas vezes vice-prefeita e até a última sexta-feira exerci com afinco e responsabilidade o meu primeiro mandato de vereadora, onde obtive a grande maioria dos meus 23.390 votos que me conduziram à esta Casa Legislativa.

Camaragibe hoje desperta para o futuro. Com a liderança do Prefeito João Lemos, a cidade reorganizou suas finanças e está um verdadeiro canteiro de obras, e aqui na Assembléia marcarei minha atuação pela defesa dos interesses de Camaragibe.

Ao mesmo tempo não descuidarei um só instante de minhas duas grandes bandeiras: a saúde e o combate à violência contra mulher.

Como pode ver senhor presidente, a luta é árdua. O trabalho será muito. Mas nada disto me assusta.

Como pernambucana e camaragibense de fato, me inspiro no exemplo de mulheres de raça, garra e coragem, mulheres de notoriedade saber, como a Prefeita de Olinda Luciana Santos e a ex – vereadora Luciana Azevedo, hoje atual presidente da FUNDARPE.

Venho para esta Casa legislativa defender o meu Estado. Ajudar o Governador Eduardo Campos a promover as reformas que Pernambuco precisa para entrar de vez no rol dos Estados mais desenvolvidos do Brasil.

Por fim Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Excelentíssimos Senhores Deputados, quero deixar aqui registrada a minha total confiança no trabalho que o Deputado Silvio Costa Filho fará para alavancar o turismo em nosso Estado. Uma escolha correta e acertada, de um jovem com garra e coragem uma nova liderança política do Estado de Pernambuco.

Muito Obrigada.
-----------------

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA DOUTORA NADEGI NA REUNIÃO DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
--

Neste dia em que o Conselho Municipal de Saúde de Camaragibe completou seu 16º aniversário, e eu como fui Conselheira, através dos hospitais e como gestora quando exerci a Secretaria de Saúde, não podia deixar de lembrar que, O Conselho Municipal de Saúde é um órgão de fundamental importância para o fortalecimento da saúde publica dentro dos municípios, vale salientar que, o CMS/Camaragibe é formado por diversos segmentos de trabalhadores do setor público e privado, prestando para sociedade um serviço de imensa valoração dentro dos âmbitos de atuação, fiscalização e informação do setor da área de saúde da Cidade de Camaragibe. Durante toda esta vigência, o Conselho Municipal vem interpondo, interferindo e fiscalizando as verbas e atuações de todos os segmentos da área de saúde em Camaragibe, quer seja da alta, média e baixa complexidade dentro dos setores público e privado. E esta atuação gera benfeitorias para os funcionários, gestores e principalmente para o povo de Camaragibe.

O Conselho Municipal de Saúde busca sempre o avanço nos princípios da participação popular e dos trabalhadores em saúde, onde cada segmento representado neste valoroso Conselho exerce de forma ímpia o mandato destinado a sua participação ingerindo na sociedade a sapiência do processo do controle social, visando sempre à coerência e a cristalinidade em seus trabalhos, quer sendo informando, esclarecendo e denunciando de forma coerente e coesa em suas deliberações tomadas em assembléias aberta a todos, mostrando desta forma a limpidez dos seus atos e de seu colegiado pleno, acreditando sempre na força da participação popular.

Desta forma, venho a vossas excelências através desse requerimento demonstrar não só a importância do conselho municipal de camaragibe, com também fazer um pedido, ou melhor, um apelo aos prefeitos de alguns municípios do estado de Pernambuco. Para que formem e regulamentem os conselhos municipais de saúde, para uma saúde pública de melhor qualidade.

<b>PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE GUILHERME UCHÔA NA REUNIÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE GUILHERME UCHÔA NA REUNIÃO DO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>BALANÇO DA ALEPE 2007</b>
------------------------------

<b>BALANÇO DA ALEPE 2007</b>
------------------------------

Balanço das atividades legislativas – A Casa recebeu, ao longo do ano de 2007, 3.709 proposições. Desse total, 3.414 foram aprovadas, entre elas, 180 projetos de lei ordinária, 19 projetos de lei complementar e 43 projetos de resolução. Vale ressaltar o número de projetos de lei apresentados pelos deputados: 221, o que demonstra a atividade parlamentar.

Destacamos a aprovação de projetos importantes para o desenvolvimento de Pernambuco, como os que beneficiam o Pólo de Poliéster; as microempresas; os consumidores de energia elétrica; o Pólo de Confecções; o que parcela os débitos tributários do IPVA; entre tantos outros.

Ressaltar iniciativas tomadas em conjunto com a Mesa Diretora – descentralização das ações. Todos os integrantes participam das mais importantes decisões da Casa, pois há reuniões mensais do colegiado.

Iniciativas que valorizam o servidor, como a progressão funcional para aqueles que merecem e reajuste de 5% nos salários.

Retomada das Reuniões Itinerantes. Este ano, realizadas em Caruaru, pela passagem dos 150 anos da cidade, e em Garanhuns.

Lei que cria uma Fundação na Assembléia Legislativa visando à obtenção de canal próprio de TV, seguindo orientação do Ministério das Comunicações.

Evento de inauguração da iluminação de Natal – Parceria inédita com a iniciativa privada - a empresa Oi, que resultou em custo zero para a Casa Joaquim Nabuco.

Ênfase às iniciativas culturais, como o Projeto Segunda Cultural, com eventos que valorizam a cultura pernambucana toda primeira segunda-feira de cada mês. No próximo mês de fevereiro, estamos programando um evento comemorativo aos 50 anos do projeto.

Recuperação de documentos históricos, com o Projeto Resgate Pernambucano. Acervo raro guardado no Arquivo, como a declaração de bens do ex-governador Agamenon Magalhães.

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO NA REUNIÃO DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO NA REUNIÃO DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

<b>PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO NA REUNIÃO DO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2007.</b>
---

**REFERÊNCIA AO ENCERRAMENTO DO ANO LEGISLATIVO DE 2007.**

<b>SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS DEPUTADAS, SENHORES DEPUTADOS, SENHORAS E SENHORES,</b>
--

Estou hoje aqui, nesta tribuna, para compartilhar com todos que vivenciam nosso dia-a-dia na Casa Joaquim Nabuco os êxitos deste ano de 2007. Chegamos ao encerramento do ano Legislativo com um saldo extremamente positivo para o Estado. Isso em função do trabalho realizado ao longo do ano, com a aprovação de projetos de relevância para a vida dos pernambucanos, sejam de autoria dos membros desta Casa ou demandados pelos demais Poderes, especialmente o Executivo.

Nos sentimos orgulhosos de estar ajudando a abrir caminho para um novo tempo em Pernambuco, atuando como líder da bancada de Governo nesta Casa e trabalhando na articulação dos projetos de autoria do governador Eduardo Campos.

Vale ressaltar que, embora tenhamos maioria aqui, inauguramos um novo modo de lidar com a oposição, abrindo o diálogo, estabelecendo o contraditório, discutindo a melhor forma de encaminhar projetos de extrema importância para Pernambuco, acatando emendas.

Todos os secretários e técnicos convidados a vir tirar dúvidas sobre os projetos do Executivo compareceram à esta Casa, numa demonstração da transparência com que este Governo lida com as informações. Assim, os ganhos para os pernambucanos foram muitos.

Aproveito para prestar contas à população, elencando as muitas ações empreendidas pelo governador Eduardo campos e alguns dos mais de 100 projetos do Executivo aprovados este ano:

O governador Eduardo Campos convocou a sociedade a enfrentar um problema crônico na nossa sociedade: a violência, que agora é tratada como questão de Estado. Diversos setores da sociedade atenderam ao chamado e junto com o governo colaboraram na compilação do Pacto pela Vida, que reúne projetos de combate à criminalidade.

Vários projetos - em sua maior parte intersetorializados entre as secretarias de Estado – começaram a ser tocados com vistas a enfrentar o problema. A partir deste momento ficou claro que nada seria colocado debaixo do tapete. Os números da violência passaram ser expostos à população, sem maquiagens, sem retoques. As estatísticas dos índices de violências produzidas hoje pelo Estado são reais, incontestáveis. Quem trabalha na área de segurança sabe bem que dados estatísticos de qualidade ajudam a subsidiar melhor os programas de combate à violência.

Entre os projetos do pacto pela Vida, veio a repressão qualificada de combate aos grupos de extermínio. Isso tem dado resultados positivos graças à criação do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública, que trabalha interligada a um sistema regional com a mesma finalidade. E a criação deste sistema veio a partir da aprovação da Lei 13.241.

A partir da estruturação do serviço de inteligência, vieram a Operação Aveloz, a prisão dos Thundercats, a Operação Highlander, a Operação reforço nos finais de Semana, a Operação Paz no Coque, entre outras. Ações que impactaram diretamente na redução dos números de homicídios no Estado.

Outras ações significativas foram empreendidas na área de segurança: abertura de concurso para PM, redefinição do efetivo da corporação e do Corpo de Bombeiros, convocação de 1.650 aprovados para realização de testes, criação de mais vagas para delegados especiais, promoções na PM, construção de moradias para policiais.

Cito outras ações nesta área: ampliação das ações da Corregedoria da SDS, articulação com o Pronasci para financiamento de vários dos projetos do Pacto pela Vida, plano específico de combate à violência contra as mulheres e programas de apoio a jovens e adolescentes.

Quero lembrar ainda que setores marginalizados da sociedade, como indígenas, quilombolas, sem-terra, sem-teto, também tiveram vez na discussão do Plano Estadual de Segurança Pública, sendo beneficiados com ações específicas, advindas de pleitos antes ignorados. E que o Pacto pela Vida será alvo de avaliação e ajustes durante a 1ª Conferência Estadual de Segurança que se realizará em maio de 2008, após as conferências municipais e regionais, previstas para acontecerem de janeiro a abril. Nestas discussões, também será programado um plano de ações regionalizadas contra a violência.

O que vemos hoje é que há preocupação de encontrar soluções pensadas coletivamente, em todas as áreas de atuação, o que era impensável tempos atrás. Sem falar na preocupação de levar desenvolvimento a todo o Estado, e não apenas concentrar as ações em uma só região.

Prova disso é a atração de novos empreendimentos indústrias para várias regiões do Estado. Isso demonstra o poder de articulação do governador, que para implementação destes projetos têm contado com a ajuda do colegiado desta Casa, que têm sido célere, atendido os pleitos do Executivo, colaborado para ver um Pernambuco Melhor.

Assim, na Mata Norte, será instalada a fábrica da Novartis, que ficará localizada no Pólo Farmacoquímico de Goiana. Na construção da unidade que produzirá vacinas contra a meningite serão investidos US\$ 500 milhões, gerando inicialmente 500 empregos diretos. Sem falar no que representarão os US\$ 800 milhões previstos em vendas externas pela empresa, impactando em um salto nas exportações do Estado - que hoje chegam à cifra de US\$ 700 milhões anuais, considerando todas as empresas que realizam este tipo de comércio aqui. Bons ventos também sopraram para população de Bom Conselho e cidades vizinhas ao município agrestino, onde a Perdigão instalará duas fábricas, uma da Batávia e outra da própria Perdigão, e construirá uma Central de Distribuição, num investimento de R\$ 280 milhões. O complexo deverá gerar 950 empregos diretos e terceirizados e outros 2.850 indiretos.

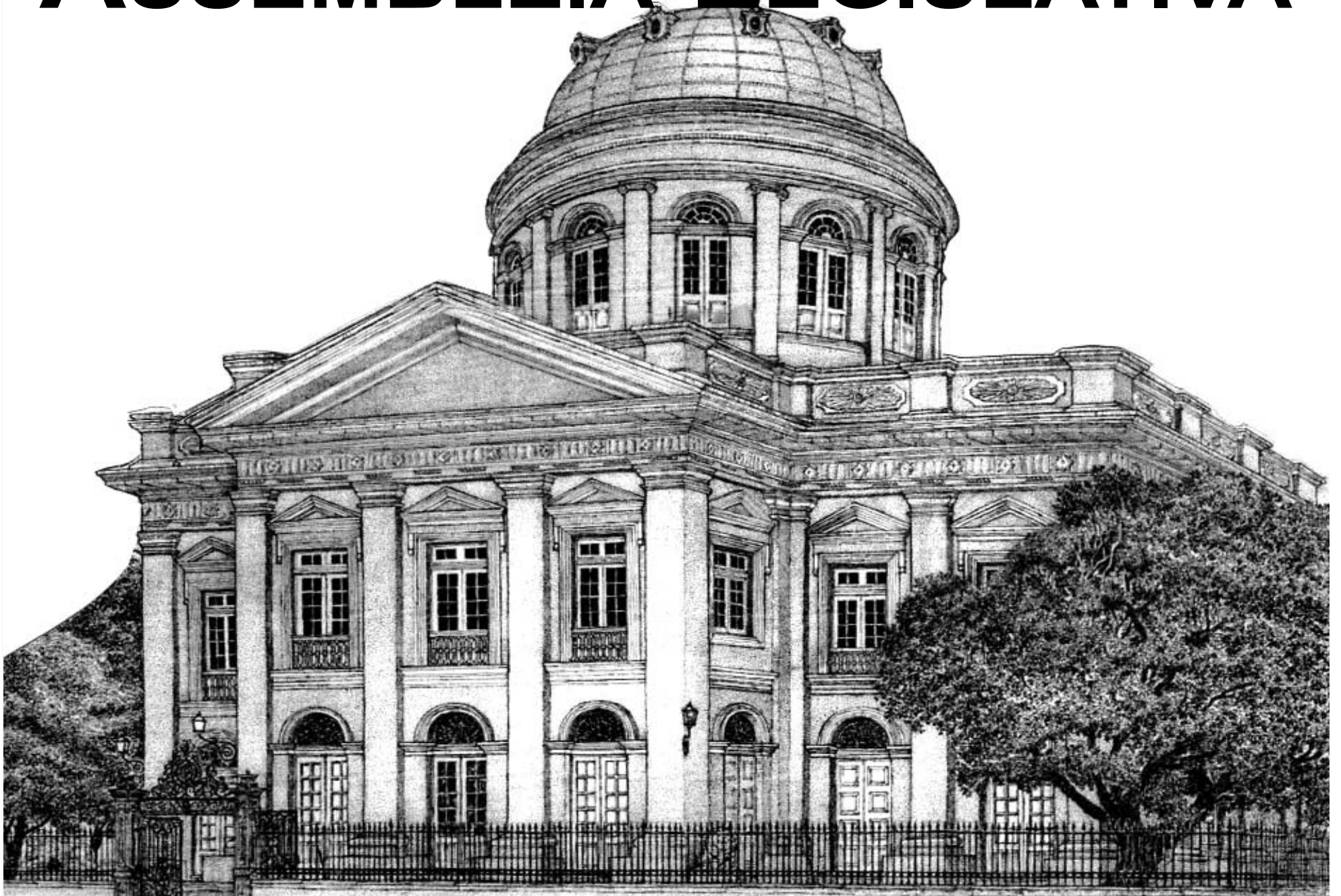
A mesma felicidade é compartilhada pelos moradores de Vitória de Santo Antão, onde a Sadia decidiu investir R\$ 250 milhões na instalação de uma planta industrial e de uma Central de Distribuição com a expectativa de que sejam gerados mais de 4 mil empregos, sendo 1,35 mil diretos e quatro mil indiretos.

Sentimento semelhante está sendo vivenciado pelos moradores da Região Metropolitana do Recife e da Zona da Mata Sul com os recursos alocados para a construção da Refinaria Abreu e Lima, das fábricas de PTA e POY e do Estaleiro Atlântico Sul, em Suape, com a geração de milhares de empregos.

Os moradores dom Litoral Norte já estão cientes da retirada dos presídios de Itamaracá – possibilitada por projeto que também teve aprovação desta Casa – o que significará a requalificação do turismo na área que por tantos anos esperou por atitude semelhante do governo passado, sem sucesso.



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



## MESA DIRETORA

**Guilherme Uchoa (PDT)**

Presidente

**Izaías Régis (PTB)**

1º Vice-Presidente

**Raimundo Pimentel (PSDB)**

2º Secretário

**Ciro Coelho (DEM)**

2º Vice-Presidente

**Sérgio Leite (PT)**

3º Secretário

**João Fernando Coutinho (PSB)**

1º Secretário

**Henrique Queiroz (PR)**

4º Secretário